

REDAÇÃO

A partir do tema abaixo, redija um **texto dissertativo**, entre **15 a 20 linhas**, em linguagem culta, de modo a expressar com clareza os argumentos apresentados em defesa de sua posição. As perguntas apresentadas têm somente a intenção motivadora: você pode traçar um novo roteiro para a discussão do tema, mostrando novos problemas e soluções.

Há algum tempo atrás, o governo brasileiro meteu-se em violenta discussão com os meios de comunicação por querer criar um código que estabelecia certo controle sobre o exercício da profissão de jornalista. A reação foi intensa por grande parte da sociedade, que não queria qualquer alteração na lei da liberdade de imprensa, por vê-la como uma garantia da democracia. Outros, porém, acreditam que a imprensa tem poderes demais e seus erros podem prejudicar irremediavelmente um cidadão. E você, o que acha? Quais os limites, se é que os deve ter, um jornalista deve respeitar? Quais as vantagens e desvantagens de se estabelecerem limites nessa área?

PORTUGUÊS

Defesa (febril) da televisão

Uma leve gripe me forçou a ficar na cama. Aproveitei para assistir a 18 horas seguidas de televisão [...]

Queria verificar a quanta violência se expõe um espectador passando seu dia na frente da TV.

A idéia surgiu porque a TV está sob suspeita. Mais do que cinema, Internet e videogames, ela é sempre culpada pelo que não dá certo com nossos jovens [...]

Primeiro prova-se que, na vida de um jovem, a televisão é mais presente do que a escola e os pais. Em média, o jovem americano vê 1.500 horas de TV por ano. E passa apenas 900 na escola. A criança entre 2 e 11 anos assiste a três horas por dia de TV. E conversa de maneira significativa com os pais por apenas de cinco a seis minutos. Conclusão: a TV é quem mais influencia nossos rebentos.

[...] Como ultimamente alguns jovens americanos tomaram as armas sem razão aparente, a TV, repetem hoje comentaristas e experts, é uma escola de violência.

Eis os números aparentemente impressionantes. Aos 18 anos, um jovem americano terá assistido na TV a 16 mil assassinatos (mais ou menos 3 por dia) e a 200 mil

atos de violência (números que, proporcionalmente, não devem ser muito diferentes para o Brasil).

No fim de minha maratona, as estatísticas pareciam confirmadas. Cinco pessoas foram assassinadas em minha presença e 28 levaram tapas, pontapés, socos e mesmo surras. Parece muita violência? Não sei; em muitos casos (entre eles os 5 mortos) a violência era de uma certa forma justa, alvejava algum bem evidente.

Mas, sobretudo, descobri que, durante as 18 horas, sete casais tinham se juntado para viver felizes. Outros nove resistiram a uma briga feia. Também 27 pessoas se apaixonaram, o número ímpar sugerindo que nem todas foram correspondidas. Nasceram duas crianças, uma não desejada - mas que encontrou os cuidados de uma comunidade generosa. Nove pessoas adoeceram, sete foram curadas ou confortadas, duas morreram em paz com Deus e o mundo. Aliás, uma aproveitou a ocasião para fazer as pazes com ambos.

Globalmente, os criminosos, os malandros, os chatos, os corruptos e os interesseiros foram esmagados pelos bons cidadãos, trabalhadores e sinceros. Também a liberdade soberana dos indivíduos foi respeitada, mas não por isso falhou a generosidade comunitária.

Na ausência (definitiva e provavelmente bem-vinda) de prescrições morais dogmáticas, a telinha contemplada por 18 horas me pareceu ser um código moral possível para nosso tempo. Ele não é composto de regras, mas de uma casuística de parábolas, cuja autoridade deriva do consenso implícito dos espectadores - pois a moral que triunfa na tela é a que encontra a aprovação da maioria.

Os próprios anúncios publicitários fazem parte de nossas regras sociais de conduta. Eles alimentam o desejo indispensável numa economia neoliberal. Mas, acima de tudo, permitem a convivência pacífica em um mundo que, sem isso, seria entregue a ódios incontáveis - por ser fundamentalmente regrado pela inveja. O anúncio cria e promove idéias comuns. Em vez de odiar meu vizinho por ele ter o carro que eu quero, juntos idealizamos o homem impossível, bonito e forte, que dirige o tal carro na TV. Esse homem não é nem ele, nem eu.

A mediação do piloto televisivo inibe a inveja e a transforma em emulação - o suficiente para que o tecido social não quebre.

Em suma, nas 18 horas, longe de estimular a barbárie, a televisão me ofereceu uma amostra dos costumes sociais e da moral social ordinária, uma espécie de revisão dos requisitos para a vida em sociedade neste fim de século.

(Contardo Calligaris. Folha de S. Paulo, 3/6/99.)

- 01.** O título do texto se justifica porque:
- mostra a posição do público diante dos ataques feitos à TV
 - se refere a elementos estruturais de um texto argumentativo
 - apresenta os argumentos em defesa da televisão como meio educativo
 - indica os argumentos da mídia contrários à TV
 - está ligado ao público-alvo do artigo
- 02.** „Uma leve gripe me forçou a ficar na cama. Aproveitei para assistir a 18 horas seguidas de televisão [...] Queria verificar a quanta violência se expõe um espectador passando seu dia na frente da TV. A idéia surgiu porque a TV está sob suspeita%. A relação lógica **incorreta** entre os elementos do texto destacados é:
- querer verificar / estar sob suspeita = a segunda oração justifica a primeira
 - leve gripe / ficar de cama = a segunda ação é consequência da primeira
 - ficar de cama / aproveitar = a primeira ação é a motivação da segunda
 - aproveitar / assistir = a segunda ação é a finalidade da primeira
 - assistir / querer verificar = a primeira ação é causa da segunda
- 03.** Os colchetes presentes ao final do primeiro e terceiro parágrafos do texto indicam que:
- a reprodução do texto não foi integral
 - o autor evitou acrescentar outros argumentos
 - o autor do texto quer prolongar a reflexão do leitor
 - houve adaptação do texto original a uma nova linguagem
 - o mesmo assunto será retomado na progressão do texto
- 04.** A alternativa incoerente em relação à argumentação apresentada no texto é:
- os jovens cometem atos de violência / a TV é uma escola de violência
 - a TV está mais presente na vida dos jovens / a TV é sua principal influência
 - os jovens conversam pouco com os pais / os pais influenciam pouco os jovens
 - os jovens assistem mais TV que cinema / os jovens trocam o lazer pela escola de violência da TV
 - os jovens passam menos horas na escola que diante da TV / a escola exerce menor influência sobre os jovens que a TV
- 05.** O argumento fundamental apresentado no texto para a defesa da TV é que:
- a TV também apresenta casos de amor
 - não é só a TV a responsável pela violência
 - ela apresenta a violência dentro de um mínimo código moral
 - ela mostra muito maior número de casos positivos que negativos
 - a família e a escola devem ser mais atuantes na educação dos jovens
- 06.** Segundo o texto, os anúncios publicitários têm por finalidade:
- divulgar ideais de conduta nem sempre desejáveis
 - colaborar para que a insatisfação social aumente
 - combater os ideais da maioria da população
 - colaborar no incentivo ao consumo
 - tentar enganar o público
- 07.** „Em suma, nas 18 horas, longe de estimular a barbárie, a televisão me ofereceu uma amostra dos costumes sociais e da moral social ordinária, uma espécie de revisão dos requisitos para a vida em sociedade neste fim de século.% **Não** se pode dizer desse segmento do texto que:
- a datação do texto aparece de forma aproximada
 - a expressão „em suma% indica resumo e conclusão
 - „longe de estimular a barbárie% mostra defesa da TV
 - a referência às „dezoito horas% retoma o primeiro parágrafo do texto
 - em „moral social ordinária% há a condenação do tipo de moral moderna
- 08.** „Na ausência (definitiva e provavelmente bem-vinda) de prescrições morais dogmáticas, a telinha contemplada por 18 horas me pareceu ser um código moral possível para nosso tempo. Ele não é composto de regras, mas de uma casuística de parábolas, cuja autoridade deriva do consenso implícito dos espectadores · pois a moral que triunfa na tela é a que encontra a aprovação da maioria.% O adjetivo que está em desacordo com o substantivo por ele determinado nesse segmento do texto é:
- telinha + contemplada
 - morais + dogmáticas
 - consenso + implícito
 - ausência + definitiva
 - código + moral

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 09.** O Prefeito de Natividade, ao receber denúncias de corrupção envolvendo um grupo de fiscais de rendas daquela municipalidade, decide colocá-los em disponibilidade mediante decreto. O referido decreto está equivocado em relação ao seguinte elemento:
- forma
 - objeto
 - sujeito
 - motivo
 - finalidade
- 10.** As certidões emitidas pela Administração Pública são categorizadas, pela doutrina, como atos do seguinte tipo:
- políticos
 - materiais
 - normativos
 - de direito privado
 - de conhecimento
- 11.** Quanto à sua exequibilidade, um ato pendente é definido como aquele que:
- está sujeito a condição para produção de efeitos
 - não produz efeitos pelo ciclo de formação incompleta
 - produz efeitos após a declaração de vontade de dois órgãos
 - não obteve o registro de validade junto ao Tribunal de Contas respectivo
 - exige a manifestação de controle de um outro poder para a efetiva edição do ato
- 12.** Em processo de sindicância, a Comissão acaba verificando a prática de ilícito administrativo em relação a determinado servidor público. A penalidade admitida por lei é a seguinte:
- reversão de licença
 - suspensão de 30 dias
 - cassação de aposentadoria
 - cassação de disponibilidade
 - destituição de cargo em comissão
- 13.** Servidora pública federal, que ingressou nos quadros da administração direta, por concurso público, em 1989, pode requerer a sua aposentadoria, uma vez preenchidos todos os demais requisitos, com a idade mínima de:
- 45 anos
 - 48 anos
 - 53 anos
 - 55 anos
 - 60 anos
- 14.** Além do vencimento, poderão ser pagas, aos servidores, as seguintes vantagens que, em hipótese alguma, **não** são incorporadas:
- adicionais de férias
 - remunerações de cargo
 - indenizações de transporte
 - gratificações de função de direção
 - adicionais por serviço extraordinário
- 15.** Servidor público, recém-ingresso na administração direta federal, solicita a contagem de tempo de serviço prestado em exercício de cargo público na estrutura da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, por três anos. Este tempo de serviço será computado, no governo federal, na seguinte hipótese:
- férias anuais
 - disponibilidade
 - licença especial
 - incorporação de vantagem
 - promoção por merecimento
- 16.** Processo disciplinar para responsabilização de servidor pelo sumiço de material permanente da repartição pública tem o seguinte prazo, em dias, sem prorrogação, para sua conclusão:
- 30
 - 45
 - 60
 - 90
 - 120

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. É exemplo de direito individual implícito na Constituição Federal brasileira, a seguinte hipótese:
- A) inviolabilidade da intimidade
 - B) acesso à informação
 - C) direito de resposta
 - D) identidade pessoal
 - E) sigilo de dados
18. A União tem competência privativa para legislar sobre:
- A) custas dos serviços forenses
 - B) previsões do orçamento público
 - C) procedimentos em matéria processual
 - D) defesa do solo e dos recursos naturais
 - E) condições para o exercício das profissões
19. Para ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, o indivíduo deve ter nascido no seguinte local e na seguinte condição:
- A) exterior - pai brasileiro que venha a residir no Brasil a qualquer momento
 - B) Brasil - de pais americanos que estavam a serviço da Embaixada da Bélgica
 - C) exterior - de pais brasileiros que estavam a serviço da Embaixada de Portugal
 - D) Brasil - pai americano que estava a serviço da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte
 - E) exterior - pais portugueses que tenham concluído curso superior em universidade pública brasileira
20. A União tem, como exemplo de competência exclusiva de natureza administrativa, o poder de:
- A) conceder anistia
 - B) decretar o estado de defesa
 - C) legislar sobre direito eleitoral
 - D) manter o correio aéreo nacional
 - E) organizar o Ministério Público
21. A perda do cargo de servidor estável é considerada válida quando:
- A) recomendada por sindicância administrativa sumária
 - B) originada de disponibilidade do servidor por mais de 10 anos
 - C) sugerida em inquérito administrativo, sem notificação do indiciado por ilícito penal
 - D) determinada em sentença judicial transitada em julgado, mesmo sem processo disciplinar
 - E) realizada mediante processo administrativo sumaríssimo e sigiloso, com exclusão de fase probatória
22. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à seguinte área do direito:
- A) processo do trabalho
 - B) processo civil
 - C) comercial
 - D) trabalho
 - E) civil
23. No funcionamento do Poder Legislativo da União, a Constituição Federal impõe a formação de comissão mista para o exame de lei que:
- A) crie créditos adicionais ao orçamento anual
 - B) verse sobre a distribuição de rendas
 - C) transfira a sede do Governo Federal
 - D) dispense a competência do Plenário
 - E) disponha sobre os bens da União
24. A imunidade tributária, prevista na ordem constitucional brasileira, **não** veda a cobrança de imposto sobre a seguinte modalidade de entes da federação e fato gerador:
- A) patrimônio · Município · alienações de bens da Petrobras
 - B) serviços · Município · prestação de serviços dos partidos políticos
 - C) patrimônio · Estado · heranças jacentes recebidas pelo Município
 - D) rendas · União · rendas auferidas pelos templos do culto evangélico
 - E) rendas · União · rendas auferidas pelas entidades sindicais dos trabalhadores

DIREITO DO TRABALHO

25. Um atleta profissional de futebol está sendo contratado por um clube para substituir o lateral direito do time, que foi vendido a outra agremiação. Durante a negociação, ficou acertado, para sua vigência, o prazo de dois anos, sendo permitida a rescisão imotivada antes do termo final. Sobre a duração do referido contrato, é correto afirmar que a CLT o considera como:
- sujeito a prorrogações contínuas com interstício de três meses entre elas
 - automaticamente prorrogado por idêntico período
 - passível de mais de uma prorrogação
 - de prazo indeterminado
 - de prorrogação vedada
26. Um empregado muito bem graduado de uma indústria, por necessidade imperiosa, teve a duração do trabalho excedida do limite legal, para fazer face a motivo de força maior, independentemente de contrato coletivo. Considerando que Pedro Jarbas recebe, por hora, quarenta reais, o cálculo relativo às horas trabalhadas a mais, por força de disposição expressa da Consolidação das Leis Trabalhistas, garante, no mínimo, que a remuneração de sua hora excedente **não** seja inferior a:
- R\$ 42,00
 - R\$ 52,00
 - R\$ 56,00
 - R\$ 60,00
 - R\$ 64,00
27. Um bancário do Banco Atlas, em cargo de fiscalização, vê excedida a sua jornada diária diurna, em função de imperiosa necessidade de serviço, constatada no controle de seu horário. Pelas regras da CLT, esse referido bancário, em relação às horas excedentes, terá o seguinte tratamento:
- submissão ao não pagamento das horas excedentes, em virtude de inclusão de serviço suplementar
 - compensação das horas excedentes, sem remuneração, a critério do empregador
 - gratificação de 1/3, substitutiva do adicional de horas extras
 - adicional mínimo de horas extras, calculado em 50%
 - adicional mínimo de horas extras, calculado em 40%
28. A jornada de trabalho dos motoristas rodoviários é classificada, pela doutrina, como:
- contínua
 - ilimitada
 - descontínua
 - intermitente
 - a tempo parcial
29. **Não** terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, estiver na seguinte condição:
- tiver faltado ao emprego por exatos 30 dias
 - tirar licença compulsória por motivo de aborto espontâneo
 - não for readmitido dentro de 60 dias subsequentes à sua saída
 - transformar em abono pecuniário a totalidade de seu direito às férias
 - tiver se afastado do emprego por enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social
30. Diante do término, em 24 de novembro de 2004, de seu contrato de trabalho iniciado em 25 de janeiro de 2002, uma recepcionista de uma empresa de consultoria, solicita de seu empregador, no cálculo da rescisão, a inclusão do devido a título de férias vencidas e não gozadas relativas ao ano anterior, bem como o relativo ao período atual. A recepcionista deverá receber, pela legislação em vigor, remuneração equivalente a:
- triplo das férias vencidas, e mais 11/12 simples de férias, acrescida de 1/3 constitucional, calculados sobre o salário atual
 - dobro das férias vencidas, acrescida de 1/3 constitucional, e mais 10/12 simples de férias, igualmente acrescida de 1/3 constitucional, calculados sobre o salário atual
 - férias vencidas simples, acrescida de 1/3 constitucional, e mais 10/12 simples de férias, igualmente acrescida de 1/3 constitucional, calculados sobre o salário atual
 - dobro das férias vencidas, acrescida de 1/3 constitucional, calculado sobre o salário da época, e mais 11/12 simples de férias, igualmente acrescida de 1/3 constitucional, calculado sobre o salário atual
 - férias vencidas simples, acrescida de 1/3 constitucional, calculado sobre o salário da época, e mais 11/12 simples de férias, igualmente acrescida de 1/3 constitucional, calculado sobre o salário atual

31. Por força de regra expressa da Consolidação das Leis Trabalhistas, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, pelo seguinte número máximo de dias e diante da seguinte condição:
- 5 consecutivos · casamento
 - 2 consecutivos · falecimento do cônjuge
 - 8 consecutivos · nascimento de descendente
 - 3 consecutivos ou não · alistamento eleitoral
 - 2 consecutivos ou não · comprovada doação de sangue
32. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, o valor correspondente a:
- dez vezes o salário mensal, com todos os adicionais
 - cinco vezes o salário mensal, com todos os adicionais
 - quinze vezes o salário mensal, com todos os adicionais
 - metade da remuneração de direito até o fim do contrato
 - um terço da remuneração de direito até o fim do contrato
- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**
33. Um empregado foi contratado em Minas Gerais por uma de agência de turismo brasileira, para prestar serviços de guia turístico a estrangeiros que queriam conhecer o Rio de Janeiro. A Vara do Trabalho competente para julgar possível reclamação trabalhista a ser proposta pelo empregado é a do local onde:
- se encontrava o empregador
 - ocorreu o litígio entre as partes
 - prestou serviços ao empregador
 - foi registrado o contrato de trabalho
 - está situada a matriz da firma empregadora
34. As certidões dos processos que correm em segredo de justiça podem ser requeridas pelas partes e sua emissão fica condicionada a:
- despacho do juiz
 - lavratura pelo escrivão
 - lavratura pelo secretário
 - concordância da outra parte
 - oitiva do Ministério Público do Trabalho
35. Segundo o regimento interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a competência para organizar os modelos dos livros obrigatórios ou facultativos aos serviços da Justiça do Trabalho quando não estabelecidos em lei, é da seguinte autoridade judiciária:
- corregedor do Tribunal
 - presidente de Turma
 - presidente do Tribunal
 - Juiz da Vara do Trabalho
 - presidente do órgão especial
36. Foi interposto recurso de revista, considerado cabível pelo juízo primeiro de admissibilidade, quanto à parte das matérias veiculadas. Neste caso, a turma do Tribunal Superior do Trabalho deve adotar a seguinte medida em relação ao recurso:
- receber como agravo de instrumento
 - apreciar todas as matérias veiculadas
 - conhecer a parte aceita pelo primeiro juízo
 - encaminhar ao recorrente para complementação
 - indeferir na íntegra por inexistência de interpretação divergente
37. A decisão em dissídio coletivo sobre novas condições de trabalho poderá ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal. Para isto, há necessidade de concordância do seguinte quantitativo de empregadores e empregados:
- 1/5
 - 1/3
 - 3/5
 - 2/3
 - 3/4
38. As ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho serão admitidas, instruídas e julgadas, conforme o estabelecido nos artigos 485 *usque* 495 do CPC. Para isto, há dispensa de:
- citação do réu para resposta no prazo mínimo de 15 dias
 - depósito prévio da importância de 5% sobre o valor da causa
 - abertura de vista às partes para produção de suas razões finais
 - delegação de competência para o juiz da comarca de produção da prova
 - observância do prazo de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão

39. A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação. Este caso exige maioria correspondente a:
- 2/3 dos presentes
 - 1/3 dos associados
 - 2/3 dos associados
 - mais da metade dos presentes
 - mais da metade dos associados
40. Considerando a natureza própria das sentenças normativas proferidas no dissídio coletivo, de caráter constitutivo, seu efeito é extensivo a:
- associados dos sindicatos dissidentes
 - todos no âmbito das organizações sindicais dissidentes
 - todos os empregados da empresa, independentemente da categoria profissional
 - todos os associados e trabalhadores de atividades afins indicadas pelo Tribunal
 - parte dos empregados da empresa concordantes com o dissídio proposto pelo sindicato
43. Segundo a lei civil, em matéria de contrato, é lícito as partes adotarem a seguinte medida:
- firmar prestação de serviço para cumprimento de terceiros desavisados
 - admitir a renúncia antecipada do aderente em contratos de adesão
 - indicar como objeto a herança de pessoa viva
 - fixar obrigação sobre direito personalíssimo
 - estipular contratos atípicos
44. A pretensão dos advogados pelo recebimento dos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços prestados, prescreve no seguinte tempo:
- um ano
 - dois anos
 - três anos
 - quatro anos
 - cinco anos
45. Tomás se obrigou a dar determinado bem a Tobias. No curso da obrigação, o bem acabou se deteriorando, sem que tenha ocorrido culpa de Tomás. Nesse caso, a lei civil garante a Tobias adotar o seguinte procedimento:

DIREITO CIVIL

41. A incapacidade dos menores cessa, segundo a lei civil, com o implemento da seguinte condição:
- estabelecimento de comércio por pessoa com 16 anos completos, mesmo que sem economia própria
 - colação de grau em curso de ensino profissionalizante de carreira profissional
 - exercício de emprego público efetivo, após aprovação em concurso público
 - coabitação com pessoa de outro sexo para futura constituição de família
 - recebimento de herança para manutenção econômica do menor
42. Uma empresária de multinacional, é obrigada a ter residência em várias localidades no Brasil, devido a seus inúmeros e diversos compromissos. Nesse caso, a lei brasileira considera como seu domicílio:
- o endereço comercial
 - a residência mais utilizada
 - qualquer uma das residências
 - a residência por mais tempo habitada
 - a residência correspondente à propriedade privada
46. Nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito, resultante da natureza do negócio, são consideradas como:
- nulas
 - válidas
 - anuláveis
 - revertidas em indenização ao aderente
 - revertidas em indenização ao contratante

47. O contrato de compra e venda deve ser considerado nulo na hipótese em que a fixação do preço é definida por:

- A) uma das partes
- B) índices suscetíveis de determinação
- C) taxa de mercado em determinado dia
- D) terceiro designado pelos contratantes
- E) taxa da bolsa em certo e determinado lugar

48. Por força de um ciclone que passou na costa brasileira, determinado bem, dado em comodato a José, acabou sendo danificado. O dano ocorreu porque não houve tempo suficiente para a atuação de José que, após guardar um bem de sua propriedade particular, se dirigia imediatamente para a proteção do bem dado em comodato, sem que tenha conseguido guardá-lo a tempo. Diante da ocorrência de força maior, nas condições descritas, é correto admitir a seguinte consequência quanto ao comodato:

- A) tem o comodatário direito de estipular outro bem em substituição
- B) resta ao comodante indicar outro bem em substituição
- C) compete ao comodatário arcar com perdas e danos
- D) deve ser o prejuízo suportado solidariamente
- E) se extingue de pleno direito

49. No contrato de mútuo de dinheiro, não tendo sido convencionado expressamente o seu prazo, a lei civil brasileira considera que este terá a duração mínima, em dias, de:

- A) 15
- B) 30
- C) 45
- D) 60
- E) 90

50. Caio da Silva, mandatário para a realização de um contrato de venda de imóvel de propriedade do mandante, acaba fazendo despesas de seu próprio bolso para a realização efetiva do negócio. Como não há, no texto do contrato, estipulação expressa sobre gastos porventura efetuados, a lei civil garante a Caio tomar a seguinte atitude:

- A) reter, do total apurado com a operação, o valor devido
- B) entregar o valor total ao mandante, sem direito ao ressarcimento
- C) assinar, em nome do mandante, título executivo no valor exato despendido pelo mandatário
- D) entregar o valor total ao mandante mediante obrigação de depósito do valor devido em juízo
- E) notificar o mandante dos valores despendidos logo após depósito judicial do valor do negócio

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Se, no curso de uma ação judicial, o juiz verificar a irregularidade da representação de terceiro, será suspenso o processo, marcando-se prazo razoável para que o defeito seja sanado. Não sendo cumprido o despacho de providência do terceiro, poderá o juiz adotar o seguinte procedimento:

- A) condená-lo ao pagamento do décuplo das custas
- B) extinguir o processo sem julgamento do mérito
- C) decretar a nulidade do processo
- D) considerá-lo litigante de má-fé
- E) excluí-lo do processo

52. Das hipóteses abaixo, aquela que configura causa para suspensão de processo é:

- A) paralisação do processo por mais de um ano
- B) indeferimento da petição inicial
- C) verificação de litispendência
- D) morte de uma das partes
- E) falta de citação do réu

53. A inépcia da petição inicial, causa de seu indeferimento pelo juiz, ocorre na seguinte hipótese:

- A) ocorrência de prescrição
- B) parte manifestamente ilegítima
- C) carência de interesse processual
- D) existência de pedidos incompatíveis entre si
- E) procedimento escolhido em inadequação à natureza da causa

54. Em sede de defesa do réu, presumem-se verdadeiros os fatos narrados pelo autor e não impugnados. Tal assertiva **não** se aplica quando a petição estiver na seguinte condição:
- A) apontada convenção de arbitragem
 - B) argüida a ocorrência de decadência
 - C) caracterizada com defeito de representação
 - D) instruída sem caução que a lei exija como preliminar
 - E) desacompanhada do instrumento público que a lei considere da substância do ato
55. Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia da sentença proferida, é lícito ao juiz tomar a seguinte medida em relação ao réu, independentemente do pedido do autor:
- A) impor multa diária
 - B) fixar condenação incerta
 - C) decidir em natureza diversa da pedida
 - D) determinar objeto diverso do demandado
 - E) condenar em quantidade superior ao pedido
56. Produz hipoteca judiciária, pendente arresto de bens do devedor, a sentença classificada como:
- A) condenatória
 - B) declaratória
 - C) constitutiva
 - D) executiva
 - E) meritória
57. **Não** tem legitimidade para propor a ação rescisória:
- A) o sucessor a título universal
 - B) o sucessor a título individual
 - C) o autor da ação julgada procedente
 - D) o terceiro juridicamente interessado
 - E) o Ministério Público ouvido no processo
58. A execução da sentença **não** é impedida pela interposição do seguinte recurso:
- A) embargos de terceiros
 - B) agravo de instrumento
 - C) agravo regimental
 - D) extraordinário
 - E) apelação
59. Para recebimento da apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, é necessário que a decisão recorrida tenha:
- A) julgado procedentes os embargos à execução
 - B) confirmado a antecipação dos efeitos da tutela
 - C) condenado à prestação de alimentos
 - D) julgado a liquidação de sentença
 - E) decidido o processo cautelar
60. Fixada uma obrigação de entrega de coisa incerta, caso o credor, por faculdade da lei, tenha escolhido algo, o devedor poderá impugnar a referida escolha no seguinte número de horas:
- A) 24
 - B) 36
 - C) 48
 - D) 72
 - E) 96

ATENÇÃO

- O **caderno de questões** contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D, E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 08** - *Português*; de **09 a 16** - *Direito Administrativo*; de **17 a 24** - *Direito Constitucional*; de **25 a 32** - *Direito do Trabalho*; de **33 a 40** - *Direito Processual do Trabalho* ; de **41 a 50** - *Direito Civil*; de **51 a 60** - *Direito Processual Civil*;

1 (uma) questão dissertativa (redação) e 1 (uma) folha de rascunho.

- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a transcrição do texto para a **folha de redação** da prova discursiva e a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

INSTRUÇÕES

- Ao receber o **caderno de questões**, verifique se o cargo para o qual se inscreveu, a numeração das questões e a paginação estão corretos.
- Verifique, no **cartão de respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. O **cartão de respostas** será o único documento válido para correção eletrônica. O preenchimento do **cartão de respostas** e sua respectiva assinatura, assim como a elaboração da redação, serão de sua inteira responsabilidade, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas neles contidas. Não haverá substituição de **cartão de respostas** ou da **folha de redação** por erro do candidato.
- Observe as seguintes recomendações relativas ao **cartão de respostas**:
 - ✓ a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - ✓ outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **cartão de respostas**;
 - ✓ Será atribuída nota zero às questões:
 - não assinaladas;
 - com falta de nitidez;
 - com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
- Atenção. **Não** assine e nem faça qualquer tipo de marcação que possa identificar a **folha de redação**.
- O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
- Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas, após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início. Exemplos das provas serão disponibilizados para os candidatos, aleatoriamente, ao término da prova. Você só poderá levar o próprio exemplar da prova se deixar a sala faltando uma hora para o término do horário da prova.
- Não será permitido, por motivo de segurança, fazer qualquer anotação durante a prova, nem mesmo de gabarito.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **cartão de respostas** e a **folha de redação**.
- Ao terminar a prova, entregue o **cartão de respostas** e a **folha de redação**. Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!